



O inferno das boas intenções

Hugo F. Müller Neto

Ao escrever esse texto, minha intenção foi... Mas... Não, não importam as intenções que tive ao escrever esse texto. Importa apenas o efeito que esse texto terá sobre você, que está lendo-o agora. Essa responsabilidade do autor sobre os efeitos que seu texto terá, especialmente no meio acadêmico, é um fator de bloqueio e de ansiedade, tanto para autores principiantes quanto para os mais maduros. Nesse texto, eu considero a ansiedade autoral como uma dificuldade especial, incluída em uma categoria muito mais ampla: a ação humana.

Ficamos consternados quando percebemos que algo que fizemos (uma ação) traz resultados não esperados. Por exemplo: "Desculpe!" – que foi o eu que disse quando, em uma tentativa de me equilibrar em um ônibus em movimento, pisei inadvertidamente no pé de uma elegante senhora que estava ao meu lado. O exemplo é simples, mas retrata uma ampla gama de acidentes, dos mais simples aos grandes desastres. Cada um vai lembrar agora dos seus pequenos ou grandes desastres pessoais. O sentimento que nos vem é de desconforto: somos obrigados a aceitar uma limitação inerente à condição humana: nossa incapacidade de prever todos efeitos de uma ação. Temos o poder de desencadear um processo novo, mas nunca sabemos ou podemos antecipar todos seus desdobramentos.

"Eu inventei a desgraça do mundo" teriam sido as últimas palavras de Santos Dumont, o genial pai da aviação, decepcionado com o uso bélico de suas invenções. Consta que, assim como Dumont, Albert Einstein dedicou o final de sua existência às formidáveis tarefas de entender as razões da violência humana e de buscar remédios para essa mazela. Perto desses exemplos, a senhora que teve seu elegante pé pisado por mim já deve ter me desculpado. Podemos até dizer que Dumont foi mais "inocente" do que Einstein. Ou seja, Dumont tinha menos condições de prever o uso bélico de suas invenções. Afinal, a pesquisa nuclear feita por Einstein fazia parte do esforço de guerra norte-americano.

Assim, uma das maneiras que temos para nos defender da esmagadora opressão exercida pela imponderabilidade dos efeitos da ação é apelar para nossa ignorância. Podemos dizer (ou dizemos): "Eu não sabia que isso poderia acontecer", "Não havia como prever esse efeito". Daí decorre a responsabilidade do conhecimento, ou seja, quanto mais somos conhecedores

do mundo e das suas relações causais, menos oportunidades teremos para empregar a defesa por ignorância. Por isso, considerando que as pessoas têm diferentes níveis de conhecimento, também devem existir diferentes níveis de responsabilidade para os mesmos erros.

Mas a alegação de ignorância não é um remédio efetivo. Os gregos antigos pressentiram isso. E contavam uma história de um homem a quem foi dado saber a tragédia que ele provocaria: um oráculo antecipou a Édipo que ele mataria seu pai e se casaria com sua mãe. Édipo fugiu da cidade, ou seja, fugiu da desgraça que lhe havia sido destinada. Na sua fuga, encontrou um homem com quem discutiu, e acabou matando-o. Ao retornar à sua cidade, por ter decifrado o enigma da esfinge, recebeu como prêmio o título de rei e se casou com a rainha viúva. Mais tarde, percebeu que o homem a quem havia morto era seu pai e que a rainha era sua mãe (os biológicos, não os que conhecera, os adotivos). Desesperado, acaba furando os próprios olhos. A moral da história é que os gregos propunham que a ação humana é o gatilho do destino. E que o destino, cruel ou grandioso, é sempre inevitável. A solução proposta pelos gregos: não agir! Melhor ficar apenas no discurso. Para eles, a Política e a Retórica são os fazeres mais nobres porque nada produzem. As atividades cotidianas necessárias à manutenção da vida são destinadas aos escravos. Os grandes feitos de ação são destinados aos heróis. Ao sábio cabe melhor uma vida contemplativa.

Assim, até este momento, enquanto escrevo (e vocês leem) este texto, é bem sabido que muitas pessoas usam o destino para explicar certas atitudes ou circunstâncias. Outras vezes, dizem que é a "vontade divina", ou que tal coisa aconteceu porque "estava escrito nas estrelas...", para justificar o imponderável em nossas vidas. Podemos, até diariamente, consultar o nosso oráculo moderno, o horóscopo. Ou podemos optar por fazer o mínimo possível. Podemos até achar graça ao dizer: "Se eu nada fizer, não há como eu ser o culpado por algo que saiu errado" ou "Quando eu tenho vontade de fazer alguma coisa, fico parado esperando essa vontade passar". Estas são algumas das fórmulas bem-humoradas que retratam uma maneira determinística, acomodada e, talvez, trágica de viver a vida. Trágica porque, quando "transferimos" a nossa responsabilidade para o destino ou para uma divindade, achamos que nos eximimos da responsabilidade, que é nossa. E nos tornamos escravos de nossos destinos, ou, em outras palavras, nos acomodamos.

Afinal, o que podemos fazer a respeito da imponderabilidade dos efeitos de uma ação? Poderíamos nos defender de um efeito indesejado (ou negativo) de uma ação, argumentando que nossa intenção era boa? Poderiam Einstein e Dumont usufruir de uma velhice tranquila, merecida pelas inegáveis contribuições dadas à humanidade? Afinal, eles trouxeram grandes avanços para o conhecimento humano. O que a humanidade faria com eles deveria ser um problema para a posteridade resolver... Não, afinal, como se diz... "O inferno está cheio de boas intenções..." Para encontrarmos uma maneira de lidar com o imponderável de cada ação, e, portanto, libertarmos-nos dos nossos algozes, sejam estes o destino ou a imobilidade, precisaríamos encaminhar dois tipos de problemas desencadeados pelas nossas ações em um mundo imponderável.

A primeira maneira efetiva de que dispomos para lidar com o impon-

derável diz respeito às nossas ações futuras. A promessa é a forma que encontramos para nos comprometer com um conjunto de ações futuras, independentemente do que vier a acontecer. É a promessa que sustenta todas as relações comerciais (como na "nota promissória", ou na "promessa de compra e venda") e jurídicas (quando alguém diz "Prometo que vou cumprir a lei"). É a promessa, portanto, que permite as relações humanas e sociais (como na clássica promessa matrimonial do "Prometo que vou te amar e respeitar..."). A promessa, no entanto, deve estar acompanhada do comprometimento daquele que prometeu em fazer cumprir o prometido, a despeito das vicissitudes da vida (como no aditivo circunstancial da mesma promessa acima, sobre "na alegria e na tristeza, na doença e na saúde, na riqueza e na pobreza..."). É a promessa, portanto, que dá a segurança necessária para a construção social, em um mundo imponderável.

A segunda maneira efetiva que temos para lidar com o imponderável diz respeito aos efeitos negativos que já decorreram de atos que fizemos. Para isso, devemos ao cristianismo o remédio do perdão (como na máxima de "Perdoai nossas ofensas assim como perdoamos a quem nos tenha ofendido"). Perdoar "setenta vezes sete" aqueles que nos ofenderam, ou seja, aqueles que, em um ônibus, pisaram nos nossos pés, é a fórmula libertadora da opressão que nos impõe a responsabilidade última sobre nossas ações. O perdão, é portanto, um dom divino que está ao alcance do homem, um ato de extrema sabedoria frente à imperfeita condição humana. A fórmula cristã é libertadora não apenas para aquele que comete a ofensa, mas alivia também aquele que foi ofendido. É como se aquele que perdoa dissesse: Olha, eu sei como acontecem coisas que nós não gostaríamos que houvessem acontecido. Isso já aconteceu comigo. Segue teu caminho e façamos de conta que isso nunca aconteceu." E, se ambos esquecerem a ofensa, o milagre se opera: a ofensa some da história humana.

Mas, para ser perfeito como agente dissolvente das mazelas humanas, aquele que perdoa deve ser capaz também de estender o perdão para si mesmo. Enquanto o ofensor (e o ofendido) não forem capazes de se incluir no processo do perdão, a ofensa permanece viva. Assim, apenas o perdão de si mesmo salvaria Dumont ou Einstein dos seus fantasmas de velhice. Afinal, se pensarmos bem, realmente não seria justo responsabilizá-los pelas dores das chamadas "guerras mundiais", das quais suas descobertas e invenções fizeram parte.

Portanto, se realmente desejarmos nos apropriar de nosso destino, na extensão que nossas imperfeições e limitações naturalmente nos impõem, não podemos nos esconder atrás de nossa ignorância. Não podemos responsabilizar totalmente o destino, os astros ou os deuses. Tampouco poderemos ceder à imobilidade. Teremos que agir a despeito do imponderável. Podemos começar a nos acostumar a "prometer comprometidamente", e a perdoar aos outros e a nós mesmos. Afinal, "é pelos atos que se conhece o homem, assim como é pelo fruto que se conhece a árvore" . Para terminar, peço aos leitores que eventualmente tenham se sentido ofendidos, por qualquer que seja a razão, que, por favor... me perdoem.

Para saber mais:

Arendt, Hannah. Raposo, Roberto. [The human condition.

Português] A condição humana. 11. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. xlv, 407 p.

Sófocles. Kury, Mário da Gama. A trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona. 15. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 264 p. (A tragédia grega; v. 1)

Seitenfus, Ricardo Antônio Silva; Ventura, Deisy de Freitas Lima. (Orgs.) Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra? Santa Maria: Fadisma, 2005.